

PARTE I

**TENDENCIAS GLOBALES
Y EN LOS BLOQUES EUROPEO
Y ASIÁTICO**

THEOTONIO DOS SANTOS*

HIPÓTESES SOBRE A CONJUNTURA MUNDIAL DEPOIS DO 11 DE SETEMBRO

A ECONOMIA SEGUE SEU CAMINHO

Depois do 11 de setembro, a primeira frente que causa muita confusão é a econômica. Depois de uma tendência à queda da economia norte-americana, iniciada de fato em 2000, assistimos, a partir do 2º trimestre de 2003, a uma recuperação da produção industrial, dos investimentos em geral e das bolsas em particular. Nesse ínterim, se consolidaram as tendências a abandonar radicalmente os princípios neoliberais e a retomar as políticas anticíclicas, particularmente a baixa das taxas de juros e o aumento dos gastos públicos, ainda que numa direção negativa, isto é, os gastos militares comandam a recuperação.

Também se fortaleceram as coalizões de forças contra a hegemonia do setor financeiro, com especial ênfase na crise deste setor, golpeado por fortes desvalorizações dos ativos em todo o mundo. A queda da taxa de juros dos EEUU a 1,0% e a desvalorização

* Profesor Titular de la UFF y Coordinador de la Cátedra y Red de la UNESCO y la UNU sobre Economía Global y Desarrollo Sostenible.

do dólar durante 2000 e 2004 desvalorizam significativos volumes do capital financeiro.

O Japão foi o último bastião da resistência do setor financeiro nos países centrais. Super dimensionado na década de 80, caracterizada por uma extrema liquidez, que se gerou através dos excedentes em dólar originados dos superávits comerciais obtidos principalmente com os Estados Unidos. No momento atual se tenta uma reestruturação do sistema financeiro japonês. Esse havia sobrevivido durante a segunda metade da década de 90, quando a desvalorização do dólar rebaixou drasticamente os superávits comerciais, através do apoio do Estado. O Estado japonês, que no princípio dos anos 80 não tinha nenhuma dívida importante, transformou-se em devedor para apoiar o enriquecimento dos bancos e, depois, para salvá-los da bancarrota.

Por outro lado, a China acumula superávits colossais em dólar e se lança no sistema financeiro internacional, entre outras coisas comprando títulos da dívida pública norte-americana, o que a transforma num dos principais sustentáculos da sobrevivência, ainda que precária, do sistema fiscal norte-americano, profundamente comprometido por um endividamento acumulativo, desenfreado e insustentável.

No mundo das economias emergentes, se vê uma acentuação da crise sobretudo na América Latina que tem sido a zona mais ortodoxa na aplicação das medidas estabilizadoras do Fundo Monetário Internacional. Esta região tem sido vítima de uma brutal contradição entre a vontade de seus povos, expressa nas urnas através de sucessivas derrotas eleitorais dos candidatos a favor das políticas recessivas, e suas administrações posteriores totalmente comprometidas com as políticas que se propuseram a impedir durante as eleições.

Vejam o caso da Argentina, imersa em colossal crise depois de ter adotado políticas altamente elogiadas pelo FMI. O ministro de economia da fase neoliberal, chamado para reeditar seus duvidosos êxitos, se apresentou nas eleições e seu partido não alcançou nem 1,5% dos votos. Entretanto, o senhor Cavallo continuou no governo, realizando uma política rechaçada massivamente pelas eleições. A ida da população para as ruas derrubou não só o ministro da economia mas inclusive o presidente De la Rúa. Seus sucessores iniciaram o governo prometendo independizar-se do FMI e terminaram aderindo às suas políticas logo depois. Isto levou as massas de volta às ruas cada vez mais irritadas.

A eleição de Nestor Kischer trouxe finalmente um novo consenso, baseado não no default absoluto mas no estabelecimento de condições de negociação mais moderadas impostas pelo governo argentino, com apoio de cerca de 80% da população. É evidente que diante de um apoio tão massivo, o FMI não teve outra possibilidade do que se curvar às propostas do governo em vez de se arriscar a levar o país ao default com todas suas conseqüências para a economia mundial.

O que se pode concluir desta rápida análise é o fato de que a crise gerada pela implantação do terror na sociedade norte-americana permitiu acentuar tendências econômicas que se apresentavam anteriormente, as quais conseguiram reverter em parte políticas anteriores, aparentemente vitoriosas e imbatíveis. Contudo, o ambiente econômico internacional continua confuso e ameaçador. As crises despontam em várias partes e as potencialidades do crescimento econômico, a partir das inovações tecnológicas disponíveis devido ao avanço da revolução científico-técnica, continuam insuficientemente utilizadas devido ao atraso no desenvolvimento de novas relações sociais capazes de dinamizar o crescimento econômico mundial.

O TERROR COMO ARMA DA AVENTURA HEGEMONISTA

Outro campo em profunda revisão é o geopolítico. Desde o final da guerra fria se acentuaram mudanças radicais nas relações entre países, Estados e regiões. Uma região chave para o jogo geopolítico universal é o Golfo Pérsico, onde se concentra a maior parte do petróleo do mundo. A guerra do Golfo permitiu que os Estados Unidos concentrassem nessa região a maior massa de recursos militares aéreos e marítimos depois do Mediterrâneo. Fica fora de seu controle o Mar Índico, onde a marinha indiana exerce uma hegemonia incontestável. Mas a crise entre Paquistão e Índia abre o caminho para uma maior penetração norte-americana no Oceano Índico, ela deve ser conservada num perfil baixo para atrair gastos públicos, principalmente militares e a atenção dos aparelhos de segurança locais e das estratégias militares.

A crise gerada pelas ações terroristas nos Estados Unidos trouxe uma desculpa muito clara para concentrar na região um poder militar que não se poderia pensar sem um acontecimento dessa dimensão. Seja, ou não, o grupo terrorista dirigido por Bin Laden o responsável pelas ações terroristas que chocaram toda a humanidade, há fortes

interesses de ocupar geopoliticamente a região e os fatos conjunturais serviram a tendências que vinham se desenhando com anterioridade.

Pode-se dizer, portanto, que os Estados Unidos conseguiram obter uma importante vitória diplomática e militar ao conseguir deslocar para a região uma massa tão impressionante de poder de fogo. Não está claro, entretanto, o efeito político desta operação colossal.

É provável que os norte-americanos se vejam numa difícil situação política na região. Depois de terem apoiado por décadas o crescimento de correntes fundamentalistas, para opor-se à URSS no Afeganistão e aos governos laicos de inspiração socialista na Índia, Argélia, Egito, Síria e outros países, eles vêem essas forças voltar-se contra os Estados Unidos e inclusive contra a realeza da Arábia Saudita que havia inspirado e apoiado financeiramente grande parte destes movimentos. O leitor pode acompanhar em detalhe estes acontecimentos através do livro de Cooley (2002).

Treinadas pela CIA e devidamente modernizadas em suas técnicas de terrorismo, passando a desenvolver o terror de massas que somente a CIA sabia manejar, essas organizações se transformam numa ameaça aos Estados Unidos, inclusive aos governos republicanos que tinham apoiado tão entusiasticamente esses “heróis da liberdade”. Lembremo-nos que Bin Laden inspirou a personagem coadjuvante principal de Rambo II, e foi elogiado abertamente em toda a imprensa mundial dos anos oitenta.

Isto, talvez, se deva à atitude negativa tomada pela administração Bush, filho, na questão palestina ou se deva às apreensões do governo norte-americano frente às conspirações contra a dinastia da Arábia Saudita. Esse choque com os antigos aliados se manifesta sobretudo no crescimento impressionante das organizações fundamentalistas na região, tendência que está acompanhada de fortes sentimentos “antinorte-americanos”. A situação é também complicada com o perigo do fortalecimento de tendências radicais no Paquistão, país que dispõe de poder nuclear em expansão e que não cedeu totalmente às tentativas norte-americanas de contê-lo.

Se considerarmos que, ao seu lado, o outro poder nuclear – a Índia – estava em mãos de correntes nacionalistas em forte choque com o Paquistão o que tornava muito difícil conseguir uma paralisação da corrida nuclear na região, parece claro que o apoio às correntes fundamentalistas foi um jogo extremamente arriscado, cujos frutos começam a ser colhidos agora, e eles são amargos. A vitória surpreendente do Partido do Congresso na Índia nas eleições de 2004 não

garante ainda uma reversão da confrontação militar na região. Por outro lado, a vitória do Partido do Congresso pode influenciar uma recuperação do partido popular do Paquistão, dirigido pela Sra. Butho, arrancada do poder pelos golpistas que hoje controlam o país. Tudo indica que essa região tende mais a um constante desequilíbrio do que a um ambiente pacífico “pró-norte-americano”.

Em tudo isso há algo parecido com as conseqüências das ações da inteligência e dos governos norte-americanos na América Latina ao apoiar os governos militares da região, treinando-os em técnicas terroristas, em atividades de tortura e outras ações que hoje estão bastante conhecidas pelas revelações dos documentos da CIA e da diplomacia norte-americana do período.

Depois de algum tempo, os atos terroristas da direita latino-americana se deslocaram para os Estados Unidos, como se conhece hoje detalhadamente, na operação contra Orlando Letelier, que matou também uma jovem norte-americana. Como sabemos, até hoje o principal responsável desta e de outras ações similares, o General Pinochet, não foi devidamente punido, apesar das evidências disponíveis nos tribunais chilenos e de vários países. Esse foi um precedente forte para mostrar a possível impunidade das forças terroristas de operar nos Estados Unidos. Tal sentimento se fortaleceu também com a moderada repressão sobre as manifestações terroristas nos próprios Estados Unidos, como o caso de Ohio.

A mesma coisa podemos dizer dos ativistas anticubanos em Miami, que se dedicam a ações terroristas há trinta anos com o apoio do governo norte-americano e com uma impunidade legal defendida pela justiça norte-americana. Sabemos todos do apoio dos católicos norte-americanos ao IRA e conhecemos o apoio oficial do governo Reagan aos “Contra” na Nicarágua, e às ditaduras militares de toda a região. Pior que isso, só o apoio de Reagan aos Kmer Vermelho no Camboja, depois dos assassinatos em massa de seu povo. Hoje em dia vemos as FARC e o ELN serem consideradas como organizações terroristas na Colômbia enquanto os grupos paramilitares de direita usam de uma extrema violência terrorista e ficam excluídos da lista de organizações terroristas.

Esta conduta torna muito difícil derrotar o terrorismo como prática política generalizada no mundo. Mesmo quando suas ações causam os efeitos que vimos em Nova Iorque e Washington no 11 de setembro, não se demonstra uma vontade radical e definitiva de

abandonar tais práticas contra os adversários do governo norte-americano.

A mesma atitude dúbia fica evidente quando se proclama a idéia de que não importa a perda de vidas inocentes devido às ações militares nos países inimigos dos Estados Unidos, porque estas mortes não foram desejadas. Elas foram somente calculadas, pois fazem parte do custo inevitável destas ações.

Parece necessário passar a um nível mais alto de civilização. Não se pode mais considerar ilegítimo o terror inimigo e legítimo o próprio terror. A humanidade alcançou uma integração planetária que não permite mais estas duplicidades éticas e morais. A humanidade tem que desenvolver uma ética realmente universal que respeite as diferenças sempre que não se oponham ao princípio da preservação e desenvolvimento da vida humana.

As civilizações e as religiões nascidas em condições locais específicas se abrem a um universalismo que encontra um exemplo fundamental no ecumenismo cristão a ser desenvolvido para todas as formas religiosas e de civilizações. Neste sentido é extremamente positivo o chamado do Irã e de outros povos a um diálogo entre as civilizações.

Nesse contexto parece muito claro o perigo de tentar conter um dos mais importantes avanços da civilização ocidental: a liberdade de imprensa. O pior é que se apresentam as medidas restritivas à divulgação dos acontecimentos militares como uma forma de defesa desta civilização. Da mesma forma que se realizaram vários golpes militares para defender exatamente a democracia pretensamente ameaçada pelos inimigos da guerra fria.

Tudo indica que os Estados Unidos estão perdendo a guerra da opinião pública e isso se deve em boa parte à tentativa de monitorar abertamente os meios de comunicação quando o mundo árabe tem uma estação de televisão respeitada por todas as partes em conflito e o resto do mundo não pode ver com aprovação o sacrifício de um país para prender um chefe que nunca dispôs dos meios para representar uma ameaça aos Estados Unidos nem ao mundo.

É claro também que o pânico generalizado e a confusão entre o terrorismo e a religião maometana, que se transforma em preconceitos descontrolados, favorecem uma brecha crescente entre os muçulmanos e a civilização ocidental. Brecha ampliada pelo desprezo Ocidental das religiões orientais em geral, que parece fortalecer o espírito fundamentalista do lado de cá.

Quando tais visões e tais comportamentos culturais são acompanhados do poder de fogo que dispõe os Estados Unidos, da adesão de quase todas as nações do “Ocidente” a ações que levam à morte de centenas de milhares de pessoas e a milhões de refugiados. Não se deve esquecer as conseqüências históricas da criação dos refugiados palestinos, num momento em que se geram outros milhões de refugiados no mundo.

Ninguém pode crer que estamos criando um ambiente adequado para a paz mundial. É um absurdo pretender que se alcançará uma legitimidade ideológica e política num mundo como este. E os meios de comunicação perderão seu poder de influência quanto mais se identificarem com a criação e conservação deste mundo caótico e injusto.

Na era da informação, nos encontramos diante de uma forte ameaça global às conquistas mais caras da evolução recente da humanidade.

EFEITOS INTERNACIONAIS DA TRAGÉDIA AMERICANA

Os dramáticos acontecimentos de 11 de setembro não modificaram essencialmente o quadro econômico mundial. Na verdade, os acontecimentos terríveis e as tragédias não costumam mudar a atitude dos seus personagens. A tragédia atual divide, no plano militar, o governo dos Estados Unidos entre os que buscam um consenso mundial para garantir suas ações de represália (como Collin Power) e os que crêem que os Estados Unidos têm direito a atuar unilateralmente (como Condoleezza Rice ou Rumfeld). Os democratas buscam um consenso que limite ao máximo a extensão das ações armadas mas se mantêm num plano moderado que permite a expansão do fundamentalismo direitista. Todos se encaminham para atos de conseqüências imprevisíveis.

No plano econômico, os conservadores querem garantir o controle sobre os acontecimentos mantendo as variáveis macroeconômicas fundamentais sob contenção. Eles seguraram o crescimento econômico norte-americano provocando o aumento das taxas de juros em meados de 2000 para derrubar a inexistente “ameaça inflacionária” e os “perigos” do pleno emprego.

Contudo, diante da ameaça de uma recessão, provocada por essa intervenção insensata que se aprofundou devido aos efeitos da tragédia do World Trade Center e do Pentágono, os conservadores já se

viram obrigados a retroceder em sua política de contenção e aceitaram a necessidade de baixar as taxas de juros, antes mesmo dos atentados terroristas.

Com este objetivo, Allan Greenspan, o presidente do Federal Reserve, já estava na Europa, quando dos atos terroristas, em busca de um consenso no sentido da baixa comum das taxas de juros para evitar uma fuga de capitais dos Estados Unidos. A verdade é que há uma contradição importante entre os interesses que apóiam o aumento das taxas de juros (que favorece o capital especulativo) e aqueles que apóiam sua redução (que provoca o deslocamento dos capitais para as bolsas, reforçando como conseqüência o sistema empresarial e os investimentos produtivos).

Contudo, ninguém pode defender, num momento tão dramático, as medidas de aprofundamento da crise. Os fatores para a retomada dos investimentos ganham dinamismo numa conjuntura como esta. De imediato, as insanas medidas de Bush de utilizar os excedentes orçamentários para diminuir os impostos e devolver poder de compra a uma população caracterizada pelo excesso de consumo se mostraram absolutamente fracassadas do ponto de vista econômico. A queda da taxa de juros permitiu a retomada econômica mas as políticas fiscais contêm a expansão do emprego e limitam o impacto progressista e redistributivo da retomada do crescimento.

Frente à gravidade da crise, o Congresso votou no auge da crise o estabelecimento de 70 bilhões de dólares (equivalente à metade do excedente orçamentário) para medidas de salvamento, reconstrução e ação militar. Estes gastos vêm se ampliando a cada dia em conseqüência da extensão e profundidade da resistência do povo iraquiano à ocupação norte-americana e de seus aliados. Ao mesmo tempo, os conservadores não perderam a oportunidade para disponibilizar os fundos da previdência social dos funcionários para financiar a intervenção governamental frente à crise. Os gastos militares e os gastos de reconstrução liquidaram com o superávit fiscal norte-americano. Já nos encontramos diante de um déficit fiscal colossal de aproximadamente 600 bilhões de dólares em 2004.

Mas tudo isso funciona na direção de medidas anticíclicas de inspiração keynesiana. Paul Krugman já alertou seus leitores neste sentido. Liberam-se as portas para medidas favoráveis à inversão e ao aumento dos gastos públicos: reconstrução urbana, gastos militares, apoio ao consumo. Mas sobre tudo se impôs a diminuição incondicional das taxas de juros. Todos sabemos que numa conjun-

tura de recuperação econômica se faz necessário caminhar inclusive em direção às taxas de juros negativas, como forma de apropriação e transferência dos excedentes financeiros gerados nos períodos de queda do crescimento e aumento da especulação financeira que caracterizam as fases depressivas dos ciclos longos. A reação conservadora puxou para cima a taxa de juros logo que se apresentaram alguns sinais de recuperação econômica. Isto leva a um enfraquecimento da recuperação que deve debilitar o governo que aceitou esta política.

Ao mesmo tempo, sabemos que o dólar é o refúgio mais importante dos ativos mundiais. Todos os países põem, ou pelo menos o faziam até o aparecimento do euro, suas reservas em dólares, boa parte das famílias e as empresas também. Uma desvalorização do dólar corresponde a uma desvalorização geral dos ativos mundiais. Também favorece uma transferência crescente das poupanças para o ouro, as *commodities* e as moedas competitivas, entre as quais se destaca o euro, em valorização, ou o iene que também vem se valorizando, dentro de um quadro mais flutuante.

Essa desvalorização do dólar favorece a retomada das exportações norte-americanas visando diminuir o terrível déficit comercial norte-americano que chega também a mais de 500 bilhões de dólares e deveria abrir caminho para uma retomada do crescimento econômico com bases mais sãs. Contudo o padrão salarial norte-americano muito elevado e as resistências crescentes da população a assumir os riscos da atividade empresarial não favorecem a competitividade dos produtos norte-americanos. Ao mesmo tempo, os gastos militares exportam para o exterior dólares tão limitados pelo déficit da balança de pagamentos norte-americano. O isolamento dos Estados Unidos obriga-o cada vez mais a custear seu gigantesco aparato militar o que transforma seu déficit de serviços em estrutural.

Trata-se de uma clara contradição entre as funções da moeda dominante mundial (o dólar) como moeda ou meio de intercâmbio e sua função como fonte de “entesouramento”, como forma preferencial de expressão dos ativos mundiais. Isso se reflete fortemente dentro dos Estados Unidos entre os setores interessados no aumento das exportações e na competitividade do país como produtor e os setores ligados à especulação com o dólar como moeda supervalorizada.

Como vimos, as demonstrações de poder militar não ajudam a recuperar poder financeiro nesta conjuntura. Elas significam mais gastos de dólares no exterior, a não ser que os aliados se dispusessem a

financiar a chamada “guerra contra o terrorismo”, como fizeram com a guerra do Iraque em 1989, o que seguramente não poderá ocorrer com o clima de ódio crescente aos Estados Unidos no resto do mundo.

Na atual conjuntura de ameaça de recessão e restrição de liquidez, é pouco provável que a solidariedade chegue a estes termos. Parece claro, então, que a crise resultante dos lamentáveis fatos que ensangüentaram Nova Iorque e Washington deve acentuar tendências que já se apresentavam na economia mundial. Em essência se trata de medidas que favorecem uma recuperação da economia mundial. Mas é claro também que os EEUU não se livrarão facilmente de seu déficit da balança de pagamentos e se desenham no horizonte desequilíbrios crescentes e novas crises cada vez mais graves.

A redução da taxa de juros na Europa e nos Estados Unidos é ainda insuficiente mas é uma medida crucial para superar a crise. Ela adveio de um aumento artificial e injustificável dessas taxas. A retomada dos gastos públicos favoreceu a demanda e os investimentos. A baixa do dólar permitirá um melhor equilíbrio da balança comercial norte-americana e provocará uma desvalorização massiva de ativos financeiros, de imóveis, de divisas e de reservas.

Esta desvalorização funcionará também em favor dos ativos produtivos, das empresas e das bolsas de ações. Isto é: uma fuga para a atividade produtiva ou uma recuperação econômica generalizada. Não nos devem confundir as dificuldades por que passaram as bolsas norte-americanas. Elas refletem a necessidade de eliminar os exageros protagonizados pelos executivos de algumas das principais empresas durante o auge financeiro de 1994 a 2000.

Queira-se ou não, o único caminho possível é o da recuperação econômica e da retomada do crescimento. Esta parece ser a conseqüência mais evidente da tragédia.

O CREPÚSCULO DO NEOLIBERALISMO

Os dramáticos acontecimentos de 11 de setembro aprofundaram um fenômeno sobre o qual vimos alertando há muito. Trata-se da crise profunda e radical das bases teóricas do pensamento neoliberal que havia ocupado uma posição quase unânime nos meios de expressão e comunicação do oficialismo no mundo. Esse tema foi tratado extensamente no meu livro mais recente publicado (2004).

O chamado pensamento único nos fez acreditar que o livre funcionamento do mercado levaria as economias a um equilíbrio

quase perfeito entre as necessidades expressas na demanda das populações e a oferta expressa na capacidade produtiva de cada unidade econômica.

O livre comércio entre as nações permitiria a especialização de cada uma delas naqueles produtos em que tivessem maior vantagem comparativa, de maneira que se tenderia a uma produtividade ótima e ao máximo de eficiência econômica.

Pois bem, o triunfo ideológico do neoliberalismo e a imposição de políticas por ele inspiradas na maior parte dos países no mundo, levou a humanidade à crise mais profunda em toda a sua história. Desde 1987, quando desapareceu 1 trilhão de dólares da economia mundial em menos de uma semana, a instabilidade cultivada nos anos de hegemonia neoliberal nas administrações de Reagan e Thatcher, explodiu e não foi possível retomar um mínimo de equilíbrio cambial, fiscal e financeiro até que a desvalorização da moeda dominante – o dólar – se instalasse e se iniciasse a quebra do sistema financeiro internacional que se encontrava superdimensionado, devido à falsa liberdade de mercado imposta no setor financeiro nos anos setenta e oitenta.

Na realidade, nos anos setenta se havia criado uma dívida internacional colossal nos países do então chamado Terceiro Mundo. Nos anos oitenta, se obrigou tais países a pagarem os serviços dessa dívida (aumentada não somente pelo aumento das taxas de juro internacionais como também por renegociações puramente contábeis que inflaram de maneira colossal o seu volume). Ao mesmo tempo, surgia a gigantesca dívida norte-americana gerada para financiar as massas antes inimagináveis de déficit cambial e fiscal desse país. Desta forma, a negociação da dívida norte-americana serviu para financiar e alavancar um enorme sistema financeiro internacional durante a década de oitenta.

A fantástica liquidez, que havia inundado os países do Terceiro Mundo nos anos setenta, se deslocou então para a tríade América do Norte-Europa-Japão. A economia mundial aumentou dramaticamente seu desequilíbrio. A década de noventa se encarregou de repor, em parte, as coisas em seu lugar. A baixa do dólar, a queda das taxas de juro e do déficit público e cambial permitiram a recuperação da economia norte-americana de 1993 a 2000.

Mas este ajuste foi bastante penoso. Os Estados Unidos são os que menos sofreram. Livres do déficit cambial amenizado devido à desvalorização do dólar e do déficit fiscal eliminado a partir da queda

das taxas de juros, a consequente baixa do serviço da dívida pública e com a diminuição dos gastos militares, o país pode retomar o crescimento econômico de maneira excepcional. Tal crescimento se apoiou numa elevação espetacular da taxa de lucro e num crescimento incontido da bolsa de valores que transferiu os excedentes acumulados pelo setor financeiro para as empresas.

Durante os anos oitenta e na primeira metade dos anos noventa, a Europa se aproveitou de seus superávits comerciais para valorizar suas moedas e criar uma moeda regional que ajudasse a consolidar um desenvolvimento regional que começou a manifestar-se na segunda metade dos anos noventa. Completava-se assim o quadro de uma recuperação mundial de grande alento.

Somente o Japão foi afetado negativamente pelas mudanças. Diante da desvalorização do dólar, realizada nos anos 90-96, o Japão viu cair radicalmente seu superávit comercial e a colossal liquidez que o superávit comercial com os Estados Unidos lhe havia proporcionado até 1992. Em vez de fortalecer uma moeda própria que lhe desse um poder de investimento internacional próprio, o Japão guardou todos seus excedentes em dólares, sofrendo em consequência os efeitos de sua baixa.

Baixa de crescimento e perda de competitividade, para um país cujo dinamismo econômico se fundara em boa parte na penetração massiva no mercado norte-americano, significou uma crise de longo prazo da qual não conseguiu sair até hoje. O gigantesco sistema financeiro que se desenvolveu na década de oitenta entrou em crise e o Estado japonês gerou uma dívida colossal para tentar salvar um sistema financeiro ferido de morte, como já assinalamos.

Como resposta à perda do mercado norte-americano, o Japão iniciou uma integração com os mercados do leste asiático. Com isto foi obrigado a revisar sua ilusão de que poderia comandar um processo de globalização de dimensões planetárias. Seus investimentos se fizeram cada vez mais regionais e ele se viu na necessidade de compartilhar com a China a perspectiva de uma economia regional cada vez mais poderosa, mas não necessariamente hegemonicamente japonesa.

A partir da segunda metade da década de noventa, as saídas norte-americana, européia e japonesa não passavam mais por uma perspectiva neoliberal. Enquanto o discurso econômico continuava a defender as premissas do neoliberalismo, as políticas econômicas e industriais se faziam cada vez mais estatizantes e protecionistas.

Paradoxalmente, a busca do equilíbrio fiscal entrava em choque com o próprio setor financeiro, que historicamente sempre foi o principal opositor do desequilíbrio fiscal. Hoje, alimentado pela dívida pública e pelos altos juros que se combinam com a desregulamentação do setor financeiro, este se vê obrigado a defender o endividamento público sob a forma desastrosa do pagamento de juros colossais, quer dizer, uma transferência brutal de recursos da população em geral para os bolsos dos especuladores.

A intervenção estatal para defender um sistema financeiro superdimensionado e inútil custou bilhões de dólares nos vários países e impediu que se levasse até as últimas conseqüências a desvalorização dos ativos artificialmente elevados durante o boom da especulação, ocorrido na década de oitenta.

Na verdade, durante a recuperação econômica de 1994 a 2000, sobreviveram muitos elementos de um desequilíbrio econômico que havia se alimentado das premissas do pensamento único neoliberal para justificar uma prática de política econômica oposta a estes princípios.

No plano social procura-se aprofundar as políticas de flexibilização do trabalho que objetiva, antes de tudo, uma diminuição dos níveis salariais, enquanto se busca um aumento das taxas de exploração dos trabalhadores, se intensifica o trabalho e se tenta restabelecer altas taxas de lucros.

Mas, apesar desses propósitos, na prática, como frisamos várias vezes, a retomada do crescimento econômico nos Estados Unidos e na Europa durante a segunda metade dos anos noventa e novamente agora com a baixa da taxa de juros nos Estados Unidos e a retomada do gasto público para sustentar a guerra, criaram-se as condições para uma maior combatividade dos trabalhadores menos ameaçados pelo desemprego, que caiu de 8,5% a 3,4% em 2000, nos EUA. A retomada do pleno emprego, ao mesmo tempo em que aumentou a combatividade do movimento sindical, com importantes mudanças na sua orientação, aumentou também a militância e a participação dos trabalhadores nos sindicatos, invertendo uma tendência que havia predominado nos anos oitenta até a metade dos anos noventa.

As greves dos trabalhadores franceses, em 1996, entre as quais se destaca aquela contra a privatização da empresa ferroviária do país, levaram de volta ao poder os socialistas que fizeram autocrítica do seu abandono da luta pelo pleno emprego, durante seus governos anteriores, quando foram convencidos pelos neoliberais da impossi-

lidade de uma política de crescimento econômico induzido. Suas vacilações posteriores debilitaram as perspectivas da esquerda plural e levaram à sua derrota nas eleições de 2002.

Na Inglaterra, a terceira via de Tony Blair pretendia abrir o caminho para uma junção entre a economia “eficiente” do mercado e a correção aos seus efeitos sociais negativos realizadas pela social-democracia. Entretanto, o povo de Londres preferiu seguir a Livingston, o vermelho (ex-prefeito rebelde que se separou do partido trabalhista para poder candidatar-se) e o elegeu contra a política de privatizações do metrô de Londres, proposta por Blair e seu candidato oficial. A terceira via está em plena desmoralização. Ela afetou a todo o governo Blair, quando sua política atlantista e pró-norte-americana o levou a liderar sozinho –com Bush– a aventura militar no Iraque.

Na Alemanha, os trabalhadores derrubaram as tentativas de restrição dos direitos dos trabalhadores propostas por Kohl e fizeram triunfar uma coligação social-democrata-verde. Quando Schroeder, atendendo a pressões do setor patronal alemão, afastou de seu governo a Oskar Lafontaine, seu ministro de economia, de orientação antineoliberal, e tentou impor um plano econômico similar ao que tentara Kohl, foi bloqueado por seu próprio partido, e teve que abandonar suas pretensões pró-patronais. É verdade que Schroeder voltou à carga nas suas pretensões neoliberais levando o Partido Social Democrata alemão a um desgaste eleitoral extremamente sério.

Em todas estas oportunidades, as grandes maiorias sociais recusaram eleitoralmente, em greves ou através de outras formas de luta, as propostas neoliberais. Elas puseram na agenda da política econômica de seus países as medidas progressistas que permitem retomar o crescimento econômico e o pleno emprego, tais como, a diminuição da jornada de trabalho; a diminuição das taxas de juros; as políticas industriais e de formação de recursos humanos, com especial ênfase no papel da educação e da elevação do nível de vida dos trabalhadores como instrumento de competitividade (e não o contrário como o afirmam os neoliberais em geral); a recuperação da previdência social (ameaçada por cálculos contábeis que simplesmente ignoram o aumento colossal da produtividade que permite que o trabalho de um número cada vez menor de pessoas sustente uma quantidade cada vez maior de idosos, transformando as peripécias contábeis do neoliberalismo numa criação fantástica ou fantasmagórica).

Este novo enfoque se estende ao plano internacional com a exigência de uma generalização das condições de trabalho e salariais

européias e norte-americanas para todo o planeta, eliminando a competição negativa dos países do Terceiro Mundo, baseada na mão-de-obra barata, que põe em risco os empregos dos trabalhadores dos países desenvolvidos.

Lamentavelmente, uma importante ala do movimento sindical do Terceiro Mundo se solidariza com suas burguesias e denuncia tais propósitos, que permitem a ressurgência de um movimento operário internacional, como uma política protecionista dos países centrais contra a periferia. Na verdade, a possibilidade de uma aliança entre os trabalhadores do centro e da periferia por uma elevação do padrão social em todo o mundo, coloca em cheque a pretensão das burguesias locais e do próprio capital internacional de manter modelos de desenvolvimento apoiados na mão-de-obra barata e na sobre-exploração do trabalho.

Ao mesmo tempo, a consciência do papel negativo do capital financeiro e especulativo leva à proposta do imposto Tobin que coloca duas questões cruciais: a) limitar o livre movimento de capitais e b) enfrentar de alguma forma a emergência de uma imensa população marginalizada e excluída, sobre tudo no Terceiro Mundo, como resultado do império de um falso livre mercado que levou a um aumento da competição monopólica e dos desequilíbrios na economia mundial.

Há uma consciência crescente do aumento da polarização entre as classes sociais, as economias nacionais e vários setores da população, a qual se faz ainda mais dramática com a exclusão de massas gigantescas que não dispõem dos meios para introduzir-se no sistema econômico capitalista contemporâneo. Desenha-se, assim, uma política compensatória, baseada na distribuição e promoção da renda mundial. Ela substitui somente de maneira emergencial o desenvolvimento econômico e a geração de emprego, ao enfatizar a prática da renda mínima e a promoção da economia informal através de uma economia solidária mais ou menos permanente.

Tudo isto é combinado com uma consciência ambiental cada vez mais madura, que busca submeter o crescimento econômico aos objetivos de um desenvolvimento sustentável que garanta às próximas gerações a implantação e a continuidade de uma política de desenvolvimento humano. Essa consciência se faz ainda mais urgente quando aumentam as ameaças locais e globais à sobrevivência da vida na Terra.

Assistimos por tanto ao aparecimento de uma agenda alternativa global que vai se cristalizando num vasto movimento mundial contra a globalização neoliberal mas que tem também a forma de programas consagrados em pelo menos seis reuniões de Cúpula Mundiais que traçaram um projeto global para o século XXI.

A nova agenda do milênio está fundada na busca de paz e desenvolvimento e foi, em parte, desequilibrada pelos acontecimentos de 11 de setembro, que foram utilizados pelo governo Bush para justificar um plano de deslocamento de tropas para as zonas petrolíferas do Oriente Médio e do norte da Ásia. Vimos como se conseguiu forjar uma ameaça à paz mundial que vivia do governo Saddam Hussein que deveria possuir armas de destruição de massa não encontradas. Num regresso à barbárie, este governo está tentando impor o direito à vingança como princípio das relações internacionais.

Mas, ao mesmo tempo, as necessidades da intervenção geopolítica, social, econômica e ecológica e a exposição do mundo aos perigos de uma economia de livre mercado, mostram a lacuna que representa o fato de que a humanidade não tenha sido capaz de se organizar através de um sistema de planejamento mundial.

Tal debilidade estratégica ficou ainda mais clara quando se constata a fragilidade de um sistema de segurança inspirado fundamentalmente na força, que se torna extremamente frágil diante de uma ameaça terrorista global, ainda sem uma cara visível, senão aquela que nos foi apresentada pelo governo norte-americano sem nenhuma comprovação séria.

A cara do terrorismo se mostrou muito improvável. O terrorismo de grandes ações, que derrubou as torres de World Center e o próprio Pentágono, foi sucedido pelo terrorismo biológico através da disseminação do bacilo causador do antraz que, ao que tudo indica, tem sua origem no próprio Estados Unidos, sem ligação evidente com a organização Al Qaeda, acusada dos atentados anteriores. Vimos em seguida como um governo inimigo do Al Qaeda, de caráter secular e hostil ao fundamentalismo islâmico, foi eliminado por uma invasão altamente custosa, colocando em seu lugar uma nova liderança rebelde, esta sim fundamentalista islâmica e próxima das concepções do Al Qaeda!

Não são poucas as vozes que se levantam no momento atual para afirmar que não é possível garantir a segurança dos Estados Unidos e dos países industrializados se não houver uma solução planetária para os problemas da miséria e da pobreza. Nas Cúpulas

Mundiais, esse tema ficou amplamente estudado e foi objeto de varias resoluções no sentido da retomada do crescimento econômico, da distribuição da renda e da melhoria da qualidade de vida. Nada disto garante uma mudança radical nas relações internacionais, mas aponta para ela. Cabe às pessoas de boa vontade trabalhar para criar a consciência desta necessidade.

Entretanto, é necessário reforçar a idéia fundamental de que há que se superar um enfoque economicista como uma maneira de pensar o mundo e a sociedade. O “economicismo” se encontra sintetizado no pensamento econômico único neoliberal. É necessário se superar, sobretudo, a falsa noção de natureza humana que está por trás das fórmulas aparentemente técnicas e científicas do pensamento econômico contemporâneo.

Enquanto se acreditar que o homem é um ser individualista que busca sua felicidade através da maximização da posse e da propriedade de seus bens e do atendimento de suas necessidades de posse e de poder, não poderemos conceber uma sociedade mundial na qual prevaleçam os princípios da paz e da convivência pacífica entre os homens.

A competição, tão elogiada pelo neoliberalismo como fonte de eficiência e eficácia, pode e deve ser substituída por valores mais sólidos como a solidariedade na resolução dos problemas da humanidade. A consciência das necessidades humanas deve se expressar na busca da qualidade de vida e no avanço de toda a humanidade para estágios superiores de civilização.

BIBLIOGRAFIA

- Cooley, John K. 2002 *CIA et Jihad - 1950-2001. Contre l'URSS, une désastreuse alliance* (Paris: Édition Autrement Frontières).
- Dos Santos, Theotonio 2004 *Do Terror à Esperança: Auge e Declínio do Neoliberalismo* (Brasil: Édition Idéias & Letras).